



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 16ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 17.07.2014

Aos 17 dias do mês de julho de 2014, compareceu à sede da 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003445-05.2014.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Horismar Carvalho Dias, pela Juíza Substituta Lígia Maria Fialho Belmonte, pelo Diretor de Secretaria Luiz Eduardo de Freitas e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 19.09.1986

Data da última correição realizada: 22.10.2013

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2013 a 17.07.2014

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 03/2014, da Corregedoria Regional deste TRT, a 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 16ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de um Juiz Substituto.

2.1.2 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Horismar Carvalho Dias	Juiz Titular	Desde 20.06.2012
Lígia Maria Fialho Belmonte	Juíza Substituta	Desde 1º.10.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.07.2014)



2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período (s)	Situação/Motivo	Total
-	Horismar Carvalho Dias	Desde 20.06.2012	Juiz Titular	-
-	Lígia Maria Fialho Belmonte	Desde 1º.10.2012	Juíza Substituta Lotada	-
1	Victor Pedroti Moraes	21.01.2013	Atuação como Juiz Auxiliar	1 dia
2	Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	21.01.2013	Atuação como Juíza Auxiliar	1 dia
3	Charles Lopes Kuhn	22.01 e 06.02.2013	Atuação como Juiz Auxiliar	2 dias
4	Daniela Meister Pereira	23.01.2013	Atuação como Juíza Auxiliar	1 dia
5	Márcia Padula Mucenic	29.01.2013	Atuação como Juíza Auxiliar	1 dia
6	Marcos Rafael Piscino	05.02.2013	Atuação como Juiz Auxiliar	1 dia
7	Inácio André de Oliveira	05.02.2013	Atuação como Juiz Auxiliar	1 dia
8	Rodrigo Machado Jahn	20.02.2013	Atuação como Juiz Auxiliar	1 dia
9	Ivanise Marilene Uhlig de Barros	27.02.2013	Atuação como Juíza Auxiliar	1 dia
10	Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha	06.08.2013	Atuação como Juiz Auxiliar	1 dia
11	Rafael Moreira de Abreu	11.04.2014	Atuação em razão do afastamento da Juíza Substituta Lotada para treinamento no PJe	1 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.07.2014)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Horismar Carvalho Dias	Férias	14.01 a 12.02.2013 19.08 a 20.09.2013 07.01 a 05.02.2014	93 dias
Substituta lotada	Lígia Maria Fialho Belmonte	Férias	15.04 a 14.05.2013 10 a 19.07.2013 22 a 29.07.2013 04 a 17.11.2013 06.02 a 09.03.2014	104 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.07.2014)



2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Luiz Eduardo de Freitas	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretor de Secretaria (CJ3)	02.07.2010
2	Luzia Ribeiro Marques	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	03.06.2014
*	Rodrigo Sbaraini Ortiz Alves	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	1º.10.2012
3	Valéria Silva de Souza	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	20.05.2014
4	Liziane Ritter	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	23.04.2002
5	Márcia Lins Muller	Analista Judiciário - Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	22.04.2013
6	Tiago Zilli	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	10.04.2013
7	Rafael Conrad Franz	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	05.03.2014
8	Carmem Regina Machado Scherer	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	16.10.1993
9	Áurea Primitiva Moraes Gianichini (Em férias)	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	24.11.1993
10	Mara Elissandra dos Santos Dutra	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	10.05.2012
11	Rossana da Silva Barboza da Cunha	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	22.08.2012



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

12	Ricardo de Aguiar Ribeiro**	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	03.02.2014
13	Tatiana da Silva Alves	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	10.02.2014
14	Alexandre Luís Carpes Orcy	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	10.06.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 23.06.2014)

* Servidor ocupante de Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

** O servidor Ricardo de Aguiar Ribeiro registra lotação anterior na Unidade Judiciária, de 16.04.2001 a 04.07.2001.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2011, 2012 e 2013)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.461 processos	1.001 a 1.500	14 servidores	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre excede o parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidor(a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Alexandre Luís Carpes Orcy (Desde 10.06.2014)	-	-	-
Aurea Primitiva Moraes Gianichini	Doença em Pessoa da Família	4	6
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
Carmem Regina Machado Scherer	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	1
Liziane Ritter	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	31	31
Luiz Eduardo de Freitas	Curso ou Evento	15	15
Luzia Ribeiro Marques (Desde 03.06.2014)	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Mara Elissandra dos Santos Dutra	Dispensa Médica	1	286
	Doença em Pessoa da Família	2	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	283	
Márcia Lins Muller (Desde 22.04.2013)	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	5
Rafael Conrad Franz (Desde 05.03.2014)	-	-	-
Ricardo de Aguiar Ribeiro (Desde 03.02.2014)	-	-	-
Rodrigo Sbaraini Ortiz Alves	-	-	-
Rossana da Silva Barboza Da Cunha	Curso ou Evento	1	4
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
Tatiana da Silva Alves (Desde 10.02.2014)	-	-	-
Tiago Zilli (Desde 10.04.2013)	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	1	1
Valéria Silva de Souza (Desde 20.05.2014)	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 23.06.2014)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor(a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	José Carlos Bonifácio Benites	15.08.2012	31.01.2013	5 meses e 17 dias	Lotação na 29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Secretário de Audiência (FC03)
2	Marilda Cruz Nonnemacher	23.06.2010	17.03.2013	2 anos, 8 meses e 25 dias	Lotação na Ouvidoria
3	Rodrigo de Mattos Takayassu	23.07.2012	09.10.2013	1 ano, 2 meses e 17 dias	Vacância – Posse em Outro Cargo Inacumulável
4	Jorge Utan Feijó Cotta	25.01.2012	17.10.2013	1 ano, 8 meses e 23 dias	Aposentadoria
5	Maria Beatriz Garcia Pinto	16.05.2012	06.01.2014	1 ano, 7 meses e 21 dias	Lotação no Juízo Auxiliar de Execução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6	Luciana Ribas da Silveira	10.12.2012	02.02.2014	1 ano, 1 mês e 23 dias	Remoção para o TRT da 3ª Região
7	Regina Beatriz Moura Soares	17.09.2007	04.03.2014	6 anos, 5 meses e 18 dias	Lotação na 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
8	Marcelo de Ávila Ethur	21.11.2013	31.03.2014	4 meses e 11 dias	Lotação na 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
9	Erion Prando da Silva	12.12.2011	18.05.2014	2 anos, 5 meses e 7 dias	Lotação na 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Diretor de Secretaria (CJ3)
10	Ana Paula Bandeira de Mello Pfeiffer	01.04.2014	25.05.2014	1 mês e 25 dias	Lotação no Gab. Desa. Maria da Graça Ribeiro Centeno – Assistente de Gabinete (FC05)
11	Patrícia Vasconcellos Comim	02.04.2014	25.05.2014	1 mês e 24 dias	Lotação na 20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 23.06.2014)

2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Lucca Alencastro de Leo	Superior em Direito	02.06.2014 a 1º.12.2014
2	Lucas Mendonça Santana Brehm	Superior em Direito	02.06.2014 a 1º.12.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 23.06.2014)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	Pje (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Horismar Carvalho Dias	-	15	7	22
Lígia Maria Fialho Belmonte	-	12	35,5	47,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 23.06.2014)



2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Alexandre Luís Carpes Orcy	-	3	2	5
Aurea Primitiva Moraes Gianichini	-	47	20	67
Carmem Regina Machado Scherer	2	47	-	49
Liziane Ritter	-	51	20	71
Luiz Eduardo de Freitas*	110	51	17	178
Luzia Ribeiro Marques	-	35	7	42
Mara Elissandra dos Santos Dutra	30	47	15	92
Márcia Lins Muller	2	51	6,5	59,5
Rafael Conrad Franz	37	51	11	99
Ricardo de Aguiar Ribeiro	-	47	4	51
Rodrigo Sbaraini Ortiz Alves	30	35	65	130
Rossana da Silva Barboza da Cunha	2	51	52	105
Tatiana da Silva Alves	-	-	-	-
Tiago Zilli	32	73	36,5	141,5
Valéria Silva de Souza	30	26	110	166

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 23.06.2014)

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.287	2.013	-11,98%	1.970	-2,14%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	199	175	-12,06%	198	13,14%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.670	1.723	3,17%	1.650	-4,24%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	73	71	-2,74%	39	-45,07%
Total	4.229	3.982	-5,84%	3.857	-3,14%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a um tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

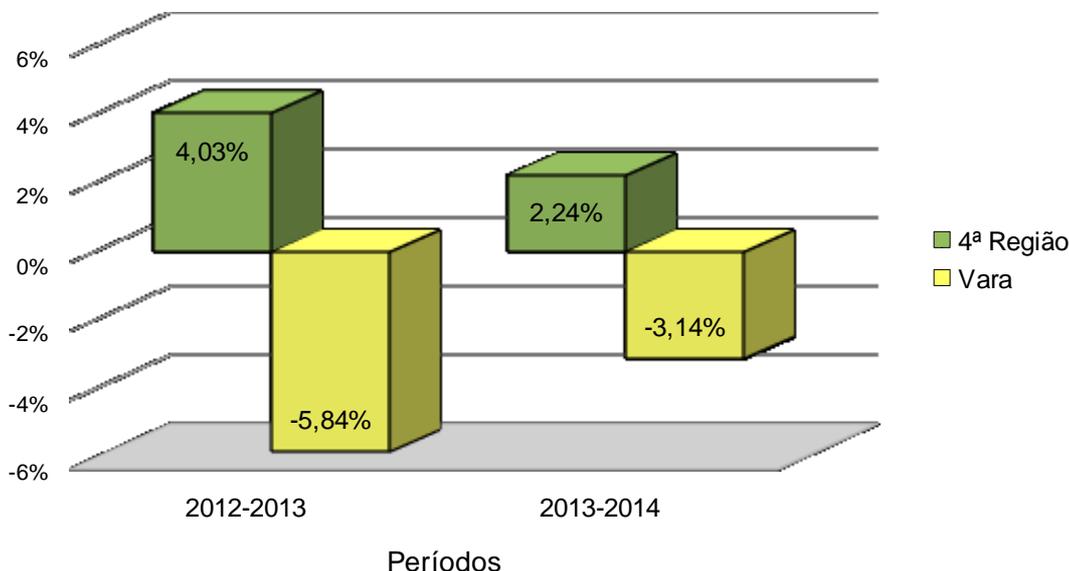
** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a um tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a um tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2013, houve uma queda de 5,84% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. Em número de processos, o conhecimento foi a fase que apresentou maior redução de estoque (decréscimo de 274 processos), e a execução foi a única fase a registrar aumento no acervo (acrécimo de 53 processos) no período sob análise.

De qualquer modo, a queda no estoque de processos da 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2013 foi de encontro à tendência apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento médio de 4,03% no número de processos em tramitação. Ademais, os dados de 2014, colhidos até o mês de maio, apontam uma tendência de nova redução no acervo de processos pendentes de solução.

Variação percentual do acervo de processos tramitando





3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos pendentes de solução

	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Pendentes de solução do período anterior	970	968**	-0,21%	896	-7,44%
Casos novos	1.466	1.541	5,12%	626	-59,38%
Sentenças anuladas/reformadas	20	17	-15,00%	5	-70,59%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.453	1.609	10,74%	598	-62,83%
Processos pendentes de solução	971**	896	-7,72%	929	3,68%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

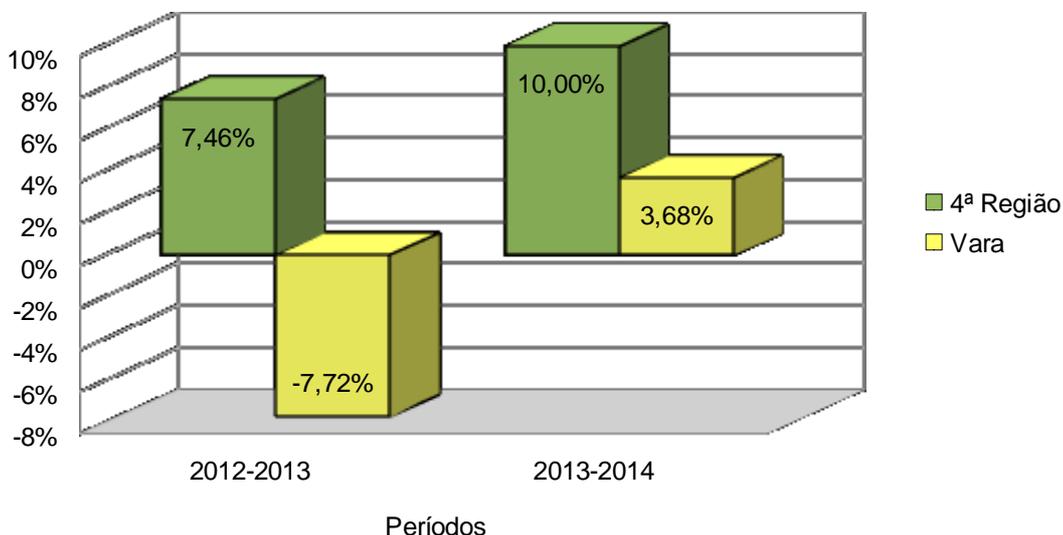
**A diferença entre os valores apresentados, deve-se à mudança na forma de coleta das informações estatísticas implementadas a partir da utilização do sistema e-Gestão

No ano de 2013, registrou-se uma redução de 7,72% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior – a despeito do fato de ter havido uma elevação na média mensal de processos ajuizados, a qual passou de 122,17 processos em 2012, para 128,42 processos em 2013. O principal fator que contribuiu para essa queda no estoque foi o aumento de 10,74% no número de processos solucionados, na comparação com o ano de 2012 (156 processos a mais).

Conforme apontado no gráfico a seguir, a queda no estoque de processos pendentes na Unidade Judiciária destoou da tendência apresentada na 4ª Região em 2013, a qual registrou uma elevação de 7,46% em seu estoque médio de processos pendentes. Não obstante, os dados de 2014, colhidos até o mês de maio, apontam uma tendência de elevação no estoque – inferior, contudo, à média regional no mesmo período.



Varição percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontra aguardando o encerramento da instrução processual. Contudo, é importante destacar a considerável elevação no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade - o qual importava em sete processos ao final do ano de 2012 e que, em maio de 2014, correspondia a 124 processos. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2012	2013	Varição 2012-2013	2014 (até 31.05)	Varição 2013-2014
Aguardando 1ª sessão de audiência	212	246	16,21%	193	-21,54%
Aguardando encerramento da instrução	720	513	-28,80%	524	2,14%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	32	78	144,61%	88	12,82%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	7	59	748,63%	124	110,17%
TOTAL	971	896	-7,72%	929	3,68%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)



3.2.2 Taxa de congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Porto Alegre – 16ª Vara	40,84%	36,30%	-11,11%	60,84%	67,59%
Média no TRT4 1ª Instância	46,94%	41,05%	-12,55%	64,99%	58,33%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 36,30% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 11,11% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 4,75 pontos percentuais. Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e maio indicam que a taxa de congestionamento na Unidade em 2014, embora superior à do ano anterior, permanece inferior à média da 4ª Região.

3.2.3 Processos solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2012		2013		2014 (até 31.05)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	611	42,05	716	44,50	230	38,46
	Julgado procedente	29	2,00	14	0,87	7	1,17
	Julgado procedente em parte	482	33,17	530	32,94	183	30,60
	Julgado improcedente	157	10,81	133	8,27	59	9,87
	Extinto	10	0,69	6	0,37	0	0,00
	Outras decisões	0	0,00	1	0,06	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	34	2,34	74	4,60	44	7,36
	Arquivamento (art. 844 CLT)	90	6,19	82	5,10	62	10,37
	Desistência	35	2,41	24	1,49	10	1,67
	Outras decisões	5	0,34	29	1,8	3	0,50
TOTAL		1.453	100	1.609	100	598	100

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

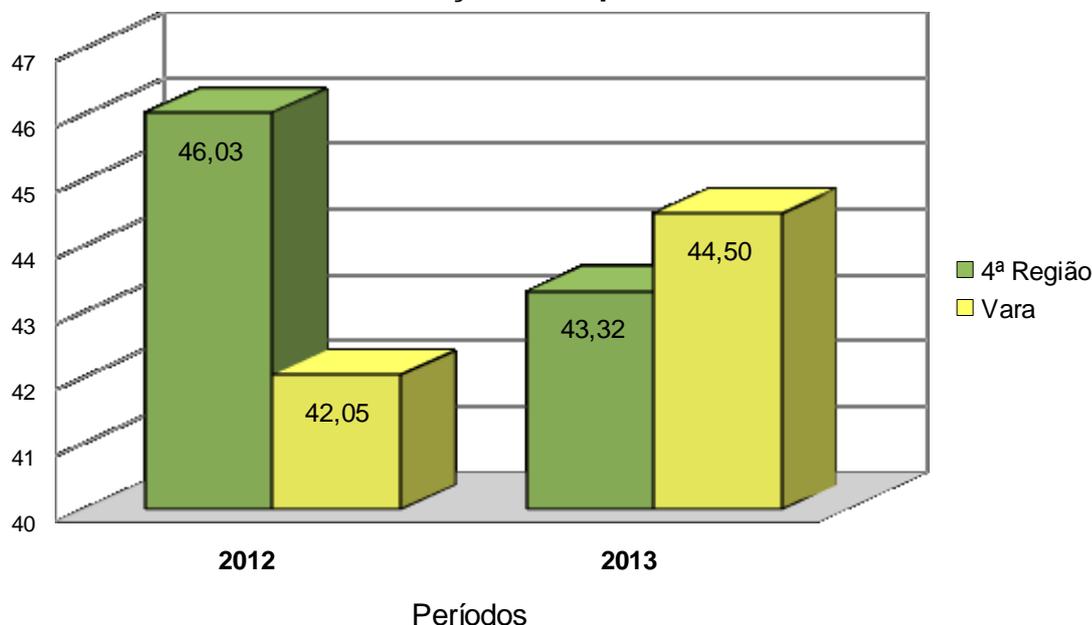


Verificou-se um aumento de 156 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2013 na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 10,74%. Esse índice se mostra inferior à média da 4ª Região, a qual apresentou um aumento médio de 14,94% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2012.

Dentre os tipos de solução, constatou-se uma relativa estabilidade no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2012 foram proferidas 678 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2013, esse número alcançou 684 decisões, representando um aumento de 0,88%. O desempenho da Unidade nesse quesito também se mostra abaixo da média do TRT4, que registrou um aumento de 17,20% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma elevação no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2012, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 611, representando 42,05% dos processos solucionados; já em 2013, o número total de conciliações alcançou 716, correspondendo a 44,50% (índice levemente superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,32%). Todavia, os dados apurados entre janeiro e maio de 2014 apontam uma tendência de queda no percentual de processos solucionados por conciliação na fase de conhecimento.

Percentual de conciliações nos processos solucionados





3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Pendentes do período anterior	259	199*	-23,17%	175	-12,06%
Iniciadas	447	592	32,44%	215	-63,68%
Encerradas	517	596	15,28%	187	-68,62%
Pendentes	195*	175	-10,26%	196	12,00%
Arquivo Provisório	9	12	33,33%	12	0,00%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

*A diferença entre os valores apresentados, deve-se à mudança na forma de coleta das informações estatísticas implementadas a partir da utilização do sistema e-Gestão

O número de processos pendentes na fase de liquidação caiu de 195 em 2012, para 175 em 2013, importando em uma redução de 10,26%. Esse percentual é superior à média verificada na 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes diminuiu de 27.628 em dezembro de 2012 para 26.044 em dezembro de 2013 (queda de 5,73%).

Um dos principais motivos dessa redução foi o aumento de 15,28% no número de liquidações encerradas na Unidade em relação ao ano anterior. Todavia, os dados de 2014 demonstram que o número de liquidações iniciadas até maio é superior ao de encerradas, do que se infere uma tendência de aumento no saldo de processos pendentes de liquidação.

3.3.2 Taxa de congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Porto Alegre – 16ª Vara	26,77%	24,65%	-7,91%	52,05%	111,14%
Média no TRT4 1ª Instância	36,68%	42,12%	14,84%	64,49%	53,10%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi de 24,65% no ano de 2013, constatando-se diminuição de 7,91% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade Judiciária foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 17,47 pontos percentuais. Em 2014, todavia, os dados de janeiro a maio apontam uma tendência de elevação na taxa de congestionamento na Unidade.



3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Pendentes do período anterior (com execuções previdenciárias)		1.065	715	-32,86%	715	0,00%
Entradas	Iniciadas	672	878	30,65%	291	-66,86%
Saídas	Encerradas	565	779	37,88%	281	-63,93%
	Arquivadas Provisoriamente	156	88	-43,59%	34	-61,36%
Pendentes	Exclusivamente de crédito previdenciário	128	116	-9,38%	82	-29,31%
	Demais	587	599	2,04%	608	1,50%
Saldo no Arquivo Provisório		2.101	2.015	-4,09%	2.018	0,15%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

Em 2013, o número de execuções encerradas na 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma elevação de 37,88%, consideravelmente superior à média constatada na 4ª Região no mesmo período (a qual apresentou um aumento de 6,90% no número de execuções encerradas). Apesar disso, a Unidade Judiciária manteve estável seu estoque de execuções pendentes (715 processos), destoando, assim, da tendência regional, porquanto o estoque médio da 4ª Região registrou uma queda de 4,31% no período em questão. O principal fator a contribuir para essa estabilidade no acervo foi o significativo aumento (30,65%) no número de execuções iniciadas.

A seu turno, os dados do ano de 2014 (apurados entre janeiro e maio deste ano) apontam uma redução de 3,50% no estoque de execuções pendentes da Unidade, o qual consiste, no presente momento, em 690 processos.

3.4.2 Taxa de congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Porto Alegre – 16ª Vara	67,47%	51,10%	-24,27%	72,07%	41,04%
Média no TRT4 1ª Instância	74,90%	69,60%	-7,07%	92,56%	32,99%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior + execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 51,10% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 24,27% em relação ao índice do



ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 18,50 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Porto Alegre – 16ª Vara	87,44%	75,97%	-13,11%	89,57%	17,91%
Média no TRT4 1ª Instância	82,35%	81,00%	-1,64%	92,56%	14,27%

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre na fase de execução, a qual passa a corresponder a 75,97% - ainda assim, inferior ao índice do ano anterior em 13,11%. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2013, a taxa de congestionamento da Unidade é 5,03 pontos percentuais menor, o que denota uma efetividade na execução superior àquela verificada em todo o TRT4.

Constata-se, ainda, que os dados colhidos entre janeiro e maio de 2014 apontam uma tendência de aumento na taxa de congestionamento da Unidade Judiciária.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Processos com inclusão de devedor no BNDT	1.013	553	-45,41%	177	-67,99%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	239	459	92,05%	199	-56,64%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.754	1.807	3,02%	1.770	-2,05%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta, resultou uma lista de **23 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação nos processos abaixo:

1	0001250-67.2012.5.04.0016
Situação processual: Em 03.02.2014, foi publicada decisão suspendendo a execução, homologando acordo firmado entre as partes e determinando a expedição dos respectivos alvarás. Em 04.02.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 06.06.2014, foi publicado despacho determinando a liberação do saldo remanescente à 1ª reclamada e o arquivamento dos autos. Em 07.07.2014, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: Em 04.12.2013, as executadas “Fence Agentes Autônomos de Investimentos Ltda.” e “Fence Educação Financeira Ltda.” foram incluídas no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia total do juízo”.	
2	0001308-41.2010.5.04.0016
Situação processual: Em 23.04.2014, foi publicada decisão extinguindo a execução e determinando a exclusão da executada do BNDT, assim como a expedição dos respectivos alvarás. Também em 23.04.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Histórico BNDT: Em 19.03.2014, a executada “Epavi Serviços Auxiliares de Segurança Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia total do juízo”.	
3	0000159-39.2012.5.04.0016
Situação processual: Em 07.05.2012, foi homologada a transação celebrada entre as partes. Em 07.03.2013, foram comprovados os recolhimentos previdenciários ainda pendentes. Em 08.03.2013, foi publicado despacho determinando o arquivamento dos autos. Em 14.03.2013, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: Em 10.05.2012, a executada “Daniela Martins - EPP” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia total do juízo”, a qual foi alterada em 16.01.2013 para “com garantia total do juízo”.	
4	0001655-06.2012.5.04.0016
Situação processual: Em 15.07.2013, constatado o cumprimento do acordo celebrado entre as partes, foi publicada decisão determinando a liberação do saldo remanescente à demandada e o arquivamento dos autos. Em 09.08.2013, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: Em 10.06.2013, o executado “Eduardo Abel Marques Rodrigues - M.E.” foi incluído no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia total do juízo”.	

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os processos nº 0001005-56.2012.5.04.0016, nº 0001081-17.2011.5.04.0016, nº 0001173-92.2011.5.04.0016, nº 0000120-76.2011.5.04.0016, nº 0120300-29.2008.5.04.0016, nº 0001208-86.2010.5.04.0016, nº 0000301-14.2010.5.04.0016, nº 0031100-11.2008.5.04.0016, nº 0000464-86.2013.5.04.0016, nº 0057400-20.2002.5.04.0016, nº 0000632-25.2012.5.04.0016, nº 0000704-80.2010.5.04.0016, nº 0075200-



56.2005.5.04.0016, nº 0000804-64.2012.5.04.0016, nº 0000876-
85.2011.5.04.0016, nº 0000907-42.2010.5.04.0016, nº 0097500-
70.2009.5.04.0016, nº 0000981-28.2012.5.04.0016 e nº 0098900-
76.1996.5.04.0016.

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2012			2013			2014 (até 31.05)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	378	359	27	278	257	26	103	72	22
Antecipações de tutela	120	138	1	163	140	30	72	56	26
Impugnações à sentença de liquidação	45	49	18	107	56	45	35	42	11
Embargos à execução	147	132	52	205	60	112	70	38	35
Embargos à arrematação	2	0	2	2	1	1	0	0	1
Embargos à adjudicação	0	3	1	0	0	0	0	2	0
Exceções de pré-executividade	10	0	9	13	3	8	4	1	0

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

Analisando-se os dados do quadro acima, constata-se um aumento de 9,40% no número total de incidentes processuais recebidos em 2013, na comparação com o ano anterior. Os incidentes que registraram aumento de recebimento na Unidade foram as impugnações à sentença de liquidação (137,78%), os embargos à execução (39,46%), as antecipações de tutela (35,83%), e as exceções de pré-executividade (30%). Verifica-se, em contrapartida, uma redução de 26,46% no ingresso de embargos de declaração em relação ao ano anterior, a manutenção do número de embargos à arrematação manejados em 2012 e a não oposição de quaisquer embargos à adjudicação em 2013.

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2013, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao juiz e sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo.

1

0108200-86.2001.5.04.0016

Situação processual: Consta do sistema InFOR a oposição, em 25.06.2013, de **embargos à execução** pela reclamada, os quais foram rejeitados pelo Juízo por meio de despacho publicado em 08.07.2013. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado (“decisão em incidente processual”), de modo que este segue constando como pendente de solução.



2

0001203-64.2010.5.04.0016

Situação processual: Consta do sistema InFOR a oposição, em 02.08.2013, de **embargos à execução** pela reclamada, os quais foram julgados extintos sem resolução de mérito, conforme decisão publicada em 30.10.2013. Todavia, o andamento relativo à decisão do incidente processual lançado no sistema informatizado corresponde à espécie “impugnação à sentença de liquidação”; dessa forma, o incidente processual efetivamente oposto pela ré segue constando como pendente de solução no sistema InFOR.

3

0000292-52.2010.5.04.0016

Situação processual: Consta do sistema InFOR a oposição, em 18.01.2013, de **embargos à execução** pelo reclamada. Em consulta ao sítio deste Tribunal na internet, constata-se que, na ocasião da prolação da sentença, em 19.02.2013, o incidente processual foi analisado pelo Juízo como **impugnação à sentença de liquidação** (em razão da natureza da matéria nele discutida), da qual não se conheceu por preclusa. Verifica-se, ainda, que o andamento relativo à decisão do incidente processual, lançado no sistema informatizado em 19.02.2013, corresponde à espécie “impugnação à sentença de liquidação”; dessa forma, o incidente processual originariamente oposto pela ré segue constando como pendente de solução no sistema InFOR.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 07.07.2014)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

3.6 TAXA DE RECORRIBILIDADE

3.6.1 Recorribilidade externa

Recorribilidade para instância superior					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Fase de Conhecimento	121,06%	100,25%	-17,19%	69,93%	-30,24%
Fase de Execução	166,67%	286,67%	72,00%	323,68%	12,91%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

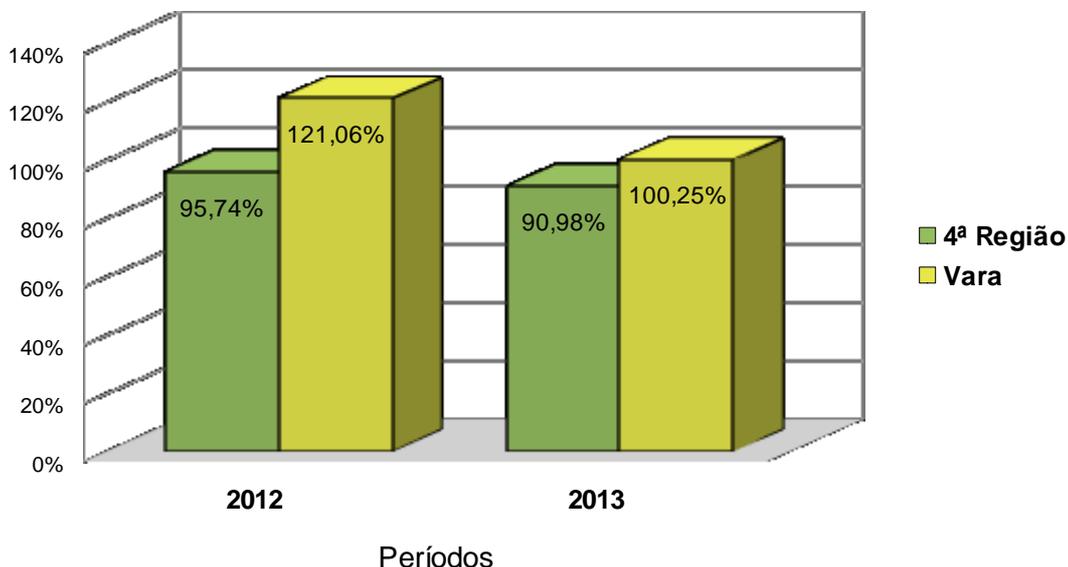
Recorribilidade externa – fase de conhecimento = Recursos ordinários interpostos / número de sentenças (todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento).

Recorribilidade externa – fase de execução = Agravos de petição interpostos / número de decisões em embargos à execução.

No ano de 2013, a taxa de recorribilidade para instância superior na fase de conhecimento foi de 100,25%, a qual se mostrou 17,19% menor do que aquela registrada no ano anterior na Unidade Judiciária e 9,27 pontos percentuais superior ao índice da 4ª Região em 2013. Por sua vez, os dados de 2014, colhidos até maio, apontam uma tendência de nova redução na taxa de recorribilidade da Unidade.

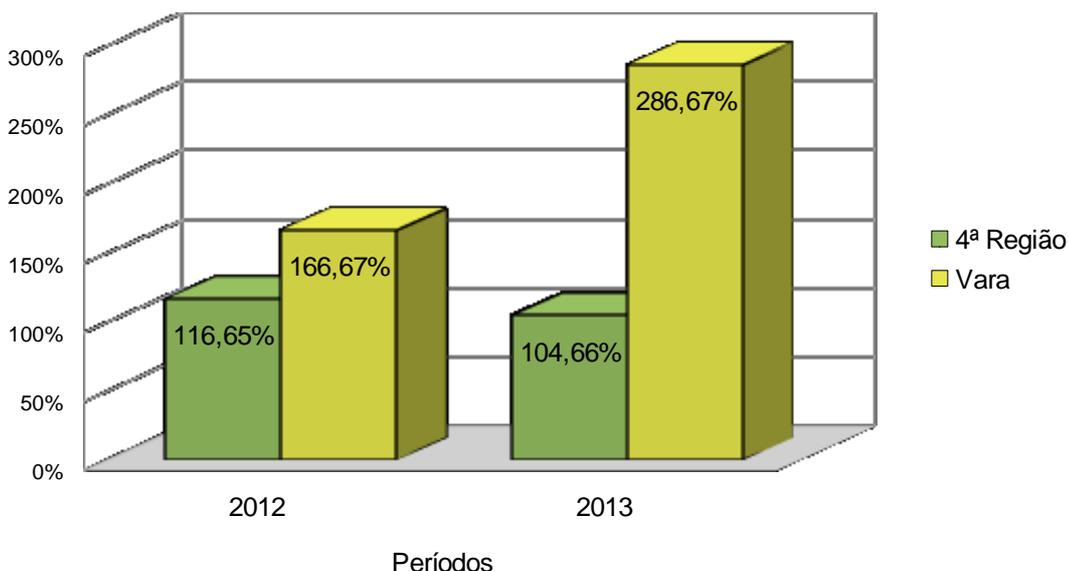


Recorribilidade externa na fase de conhecimento



A seu turno, a taxa de recorribilidade para instância superior na fase de execução foi de 286,67% no ano de 2013, mostrando-se 72% maior do que aquela registrada no ano anterior e 182,01 pontos percentuais superior ao índice médio da 4ª Região no referido ano. Não obstante, os dados do ano de 2014 apontam uma tendência de nova elevação na taxa de recorribilidade da Unidade Judiciária.

Recorribilidade externa na fase de execução





3.6.2 Recorribilidade interna

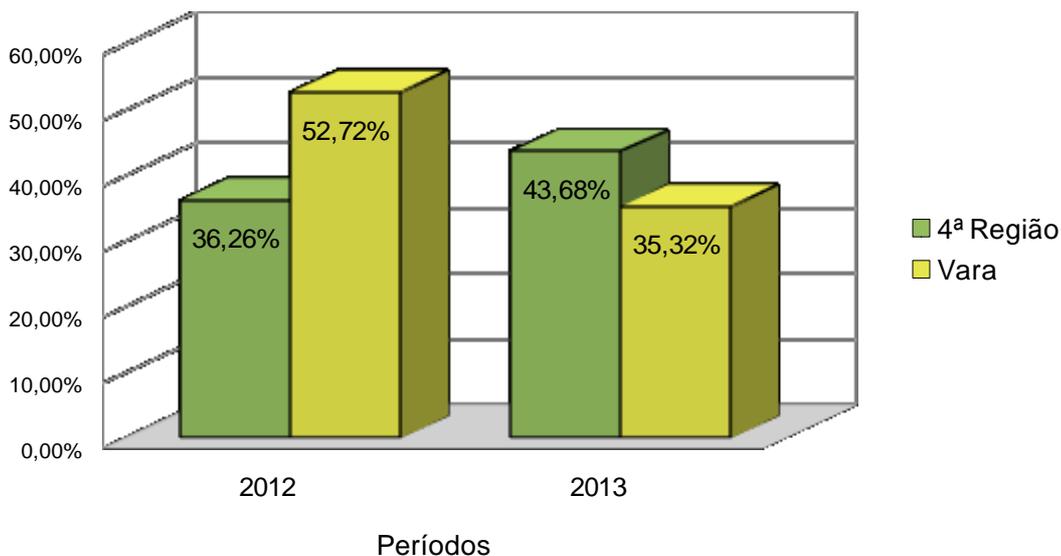
Recorribilidade interna					
	2012	2013	Varição 2012-2013	2014 (até 31.05)	Varição 2013-2014
Fase de conhecimento	52,72%	35,32%	-33,00%	34,80%	-1,49%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

Recorribilidade interna = Embargos de declaração opostos / número de sentenças (todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento).

No ano de 2013, a taxa de recorribilidade para a própria instância na fase de conhecimento foi de 35,32%, a qual se mostrou 33% menor do que aquela registrada no ano anterior. A taxa verificada na Unidade Judiciária é 8,36 pontos percentuais inferior ao índice médio da 4ª Região em 2013. Sinalase, ainda, que os dados colhidos entre janeiro e maio de 2014 apontam uma tendência de nova redução na taxa de recorribilidade interna da Unidade.

Recorribilidade Interna





4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	85,13	90,94	6,82%	99,27	9,16%
	Ordinário	283,05	253,81	-10,33%	251,18	-1,04%
	Total	255,48	235,10	-7,98%	235,55	0,19%

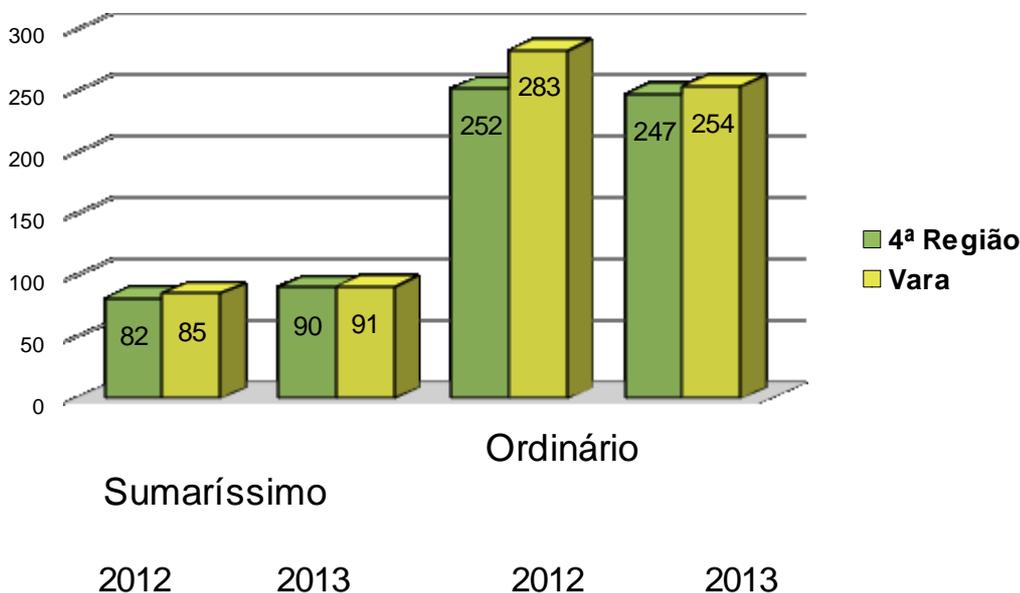
Fontes: dados relativos a 2012, Boletim Estatístico; dados relativos a 2013 e 2014, consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

No ano de 2013, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma redução de 7,98%, passando de 255,48 para 235,10 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou elevação de 6,82% em relação à média do ano anterior, passando de 85,13 para 90,94 dias; em contrapartida, o rito ordinário registrou um prazo médio de 253,81 dias, 10,33% mais célere na comparação com 2012. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e maio de 2014 apontam uma tendência de estabilidade no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

Ainda, conforme apontado no gráfico abaixo, o prazo médio da Unidade Judiciária no ano de 2013, quanto ao rito sumaríssimo, foi 1,19% mais moroso do que a média de todas as Unidades Judiciárias da 4ª Região. Por sua vez, no tocante ao rito ordinário, o prazo médio da Unidade Judiciária foi 2,66% superior à média verificada na 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo.



Prazos médios (em dias) fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	128,68	85,45	-33,59%	89,36	4,58%
	Ordinário	187,51	134,61	-28,21%	131,02	-2,67%
	Total	183,3	129,55	-29,32%	128,49	-0,82%

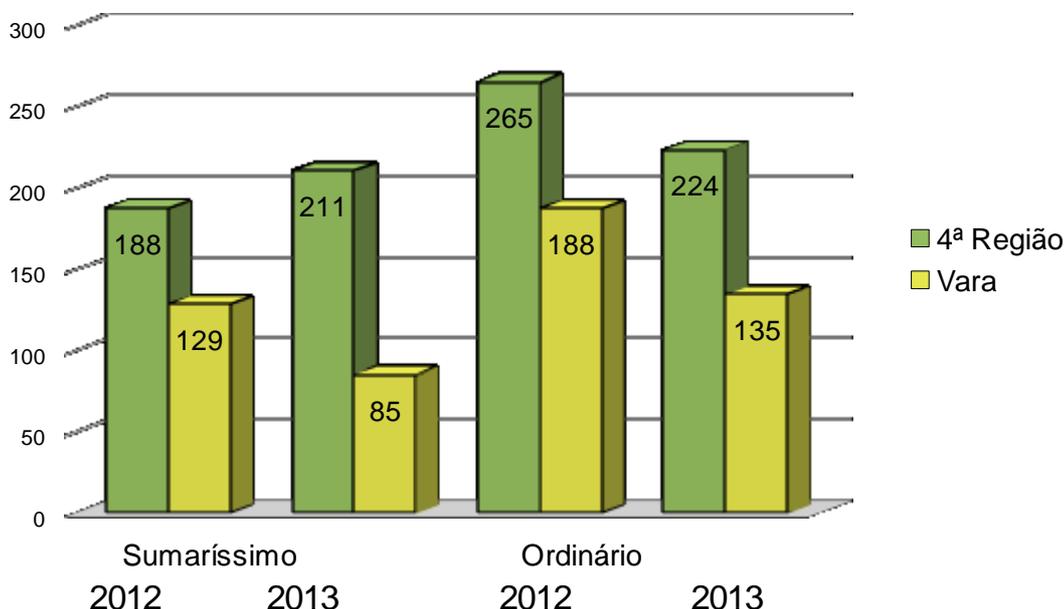
Fontes: dados relativos a 2012, Boletim Estatístico; dados relativos a 2013 e 2014, consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

No ano de 2013, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 85,45 dias, o que equivale a uma redução de 33,59% em relação à média do ano anterior. Já no rito ordinário, o prazo médio alcançou 134,61 dias, 28,21% mais célere na comparação com 2012. A seu turno, os dados do ano de 2014, colhidos de janeiro a maio, apontam uma tendência de elevação dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação no tocante ao rito sumaríssimo, e de nova redução com relação ao rito ordinário.

No rito sumaríssimo, o lapso médio de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi substancialmente mais curto (59,41%) do que o desempenho médio de toda a 4ª Região. Por sua vez, também no rito ordinário o tempo de tramitação da Unidade foi bastante inferior (39,79%) à média verificada nas Varas do Trabalho da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo.



Prazos médios (em dias) fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Varição 2012-2013	2014 (até 31.05)	Varição 2013-2014
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	399,29	266,74	-33,20%	220,64	-17,28%
	Ente público	1.626,56	1.363,62	-16,17%	571,96	-58,06%
	Total	422,94	348,33	-17,64%	257,88	-25,97%

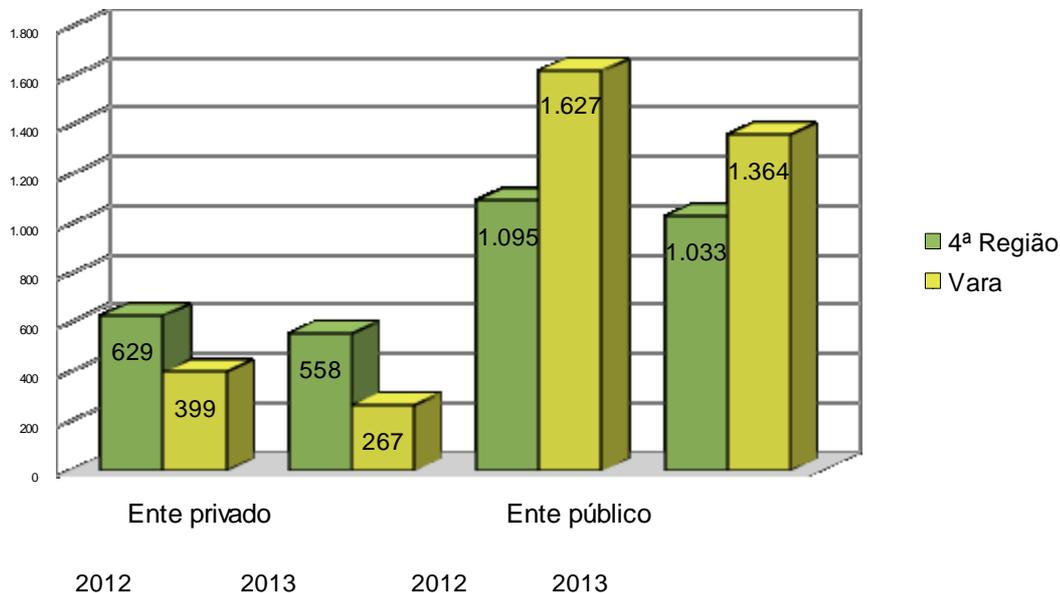
Fontes: dados relativos a 2012, Boletim Estatístico; dados relativos a 2013 e 2014, consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2013 foi de 348,33 dias, o qual foi 17,64% menor do que o prazo do ano anterior. A seu turno, os dados do ano de 2014, colhidos de janeiro a maio, apontam para uma tendência de nova redução nos prazos médios entre o início e o encerramento da execução.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2013, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que, nos processos nos quais o executado era ente privado, o prazo médio de tramitação foi 52,18% inferior à média regional. Em contrapartida, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi 31,95% maior do que a média da 4ª Região.



Prazo médio (em dias) fase execução



5 METAS

5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2013

5.1.1 Meta 2 - 2009: *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida



5.1.3 - Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 solucionados	%	Resultado
1.227	1.227	100,00%	Meta cumprida

5.2 Metas do CNJ – Ano de 2013

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013”.

META 1/2013 CNJ			
Distribuídos em 2013	Solucionados em 2013	%	Resultado
1.541	1.609	104,41%	Meta cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 solucionados	%	Resultado
1.237	1.236	99,92%	Meta cumprida

5.2.3 Meta 13: “Aumentar em 15% (quinze por cento) o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011”.

META 13/2013 CNJ			
Execuções encerradas em 2011	Execuções encerradas em 2013	%	Resultado
562	779	38,61%	Meta cumprida

5.3 Metas do CNJ – Ano de 2014

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos até 31.05.2014	Solucionados até 31.05.2014	%	Resultado
626	598	95,53%	Meta ainda não cumprida



5.3.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Distribuídos em 2011	Nº de processos ajuizados em 2011 solucionados	%	Resultado
1.378	1.365	99,06%	Meta já cumprida
Distribuídos em 2012	Nº de processos ajuizados em 2012 solucionados	%	
1.466	1.420	96,86%	

5.3.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor (até Maio/14)
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3.038
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	621
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	541
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	813
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	703
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	1
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	259
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de	Mensal	325



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.		
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	1
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	17
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

* Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal = $(((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) - (((1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1))) + (1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5)))) / 2))) \times 100 / (((1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1))) + (1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5)))) / 2)$

* Percentual de redução - Execução Fiscal = $(((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) - (((1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2))) + (1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6)))) / 2))) \times 100 / (((1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2))) + (1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6)))) / 2)$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado parcial (até maio)
-8,33%	Dados parciais indicam o provável cumprimento da meta
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado parcial (até maio)
Não avaliado*	Não avaliado*

*Na Subseção Judiciária de Porto Alegre, a 18ª Vara do Trabalho possui competência funcional em feitos em que a Fazenda Pública figura como parte.

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta já cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	4 (I) 4 (P)	2 (I) 4 (P)	2 (I) 4 (P)	-	**
Tarde	-	-	-	12/15 (I) 4 (U)	-

** Duas sextas-feiras ao mês 10 (I) + 03 (P)

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 17 de julho de 2014)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	4 (P) 2 (I)	**
Tarde	12 (I) 3 (U)	4 (P) 2 (I)	4 (P) 2 (I)	-	-

** Em geral, duas sextas-feiras ao mês, geralmente pela manhã, de 12 a 15 (I) ou 12 (I) + 3 (U).

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 17.07.2014)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última data marcada		Próxima data livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	07.08	21.08	07.08	21.08
Una Sumaríssimo	24.07	21.08	07.08	22.08
Instrução	17.12	25.11	14.10	16.12
Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-

Férias J2 06.10.2014 a 04.11.2014.

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 17.07.2014)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
		Sumaríssimo	68,61	54,39	-20,72%	57,3
Ordinário	75,25	62,06	-17,53%	69,64	12,21%	



Audiência	Total	74,39	61,12	-17,84%	68,42	11,95%
-----------	-------	-------	-------	---------	-------	--------

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 26.06.2014)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve redução de 68,61 dias em 2012, para 54,39 dias em 2013 (queda de 20,72%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 75,25 dias em 2012, para 62,06 dias em 2013 (redução de 17,53%). A seu turno, os dados do ano de 2014, colhidos de janeiro a maio, apontam para uma tendência de elevação dos prazos médios para a realização das audiências iniciais tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

É oportuno esclarecer que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	20,63	69,48	236,74%	21,27	-69,39%
	Ordinário	222,62	246,17	10,58%	130,44	-47,01%
	Total	194,74	231,66	18,96%	117,07	-49,47%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio aumentado de 20,63 dias, em 2012, para 69,48 dias, em 2013 (elevação de 236,74%). No rito ordinário, a seu turno, o prazo médio elevou-se de 222,62 dias em 2012, para 246,17 dias em 2013 (acréscimo de 10,58%). Por sua vez, os dados do ano de 2014, colhidos de janeiro a maio, apontam para uma tendência de redução nos prazos médios para a realização das audiências de prosseguimento tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

Novamente, no tópico, há que se ressaltar que os prazos para prosseguimento averiguados no momento da inspeção correcional são, de fato, mais exíguos do que aqueles que resultam da apuração do sistema e-Gestão.



6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2013					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Uma	Conciliação	Total
Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha	1	4	0	0	5
Charles Lopes Kuhn	2	9	0	0	11
Horismar Carvalho Dias	658	598	108	4	1.368
Inácio André de Oliveira	1	4	0	0	5
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	3	5	0	0	8
Lígia Maria Fialho Belmonte	621	532	86	4	1.243
Marcia Padula Mucenic	1	4	0	0	5
Marcos Rafael Pereira Piscino	0	2	0	0	2
Rodrigo Machado Jahn	0	4	0	0	4
(Juiz não informado) *	142	0	14	0	156
Total	1.429	1.162	208	8	2.807

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Uma	Conciliação	Total
Daniela Elisa Pastório	0	1	0	0	1
Edenir Barbosa Domingos	1	0	0	0	1
Edson Pecis Lerrer	1	0	0	0	1
Eduardo Vianna Xavier	2	0	1	0	3
Horismar Carvalho Dias	347	191	41	0	579
Jefferson Luiz Gaya de Góes	0	0	1	0	1
Jorge Alberto Araújo	0	1	2	0	3
Leandro Krebs Gonçalves	1	0	0	0	1
Lenara Aita Bozzetto	1	0	0	0	1
Lígia Maria Fialho Belmonte	293	164	20	1	478
Luciane Cardoso Barzotto	1	0	0	0	1
Luísa Rumi Steinbruch	1	0	0	0	1
Rafael Moreira de Abreu	0	2	0	0	2
Sônia Maria Fraga da Silva	1	1	0	0	2
Vinícius Daniel Petry	1	0	0	0	1
Total	650	360	65	1	1.076

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.07.2014)

* Os dados do sistema e-Gestão não informaram o juiz que realizou as audiências



6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2013						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha	0	4	0	4	0	4
Charles Lopes Kuhn	1	6	0	7	1	8
Daniela Meister Pereira	1	1	0	2	0	2
Horismar Carvalho Dias	280	340	4	624	101	725
Inácio André de Oliveira	0	4	0	4	0	4
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	1	5	0	6	0	6
Lígia Maria Fialho Belmonte	418	308	1	727	83	810
Luciana Kruse	0	1	0	1	0	1
Luísa Rumi Steinbruch	0	0	2	2	1	3
Marcia Padula Mucenic	2	2	0	4	1	5
Marcos Rafael Pereira Piscino	1	1	0	2	0	2
Roberto Teixeira Siegmann	0	1	0	1	0	1
Rodrigo Machado Jahn	2	2	0	4	0	4
Victor Pedroti Moraes	1	0	0	1	0	1
(Juiz não informado) *	9	2	0	11	22	33
Total	716	677	7	1.400	209	1.609

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Adriana Moura Fontoura	0	0	0	0	1	1
Edson Pecis Lerrer	0	0	0	0	1	1
Horismar Carvalho Dias	81	136	0	217	65	282
Jefferson Luiz Gaya de Goes	0	0	0	0	1	1
Jorge Alberto Araujo	0	0	0	0	1	1
Leandro Krebs Gonçalves	0	1	0	1	0	1
Lígia Maria Fialho Belmonte	148	111	0	259	48	307



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Luciana Kruse	0	1	0	1	0	1
Luciane Cardoso Barzotto	1	0	0	1	0	1
Luísa Rumi Steinbruch	0	0	0	0	1	1
Vinicius Daniel Petry	0	0	0	0	1	1
Total	230	249	0	479	119	598

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.07.2014)

* Os dados do sistema e-Gestão não informaram o juiz que proferiu as decisões

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Horismar Carvalho Dias		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
0000020-53.2013.5.04.0016 (Mais antigo. Concluído em 04.11.2013: 8 meses e 14 dias)	0000026-60.2013.5.04.0016	0000035-22.2013.5.04.0016
0000043-96.2013.5.04.0016	0000046-51.2013.5.04.0016	0000068-12.2013.5.04.0016
0000083-78.2013.5.04.0016	0000132-22.2013.5.04.0016	0000245-10.2012.5.04.0016
0000330-59.2013.5.04.0016	0000365-53.2012.5.04.0016	0000393-84.2013.5.04.0016
0000498-95.2012.5.04.0016	0000618-07.2013.5.04.0016	0000676-44.2012.5.04.0016
0000680-47.2013.5.04.0016	0000687-10.2011.5.04.0016	0000741-05.2013.5.04.0016
0001025-47.2012.5.04.0016	0001038-04.2012.5.04.0030	0001137-16.2012.5.04.0016
0001468-95.2012.5.04.0016	0001496-63.2012.5.04.0016	0001507-92.2012.5.04.0016
0001520-91.2012.5.04.0016	0001524-31.2012.5.04.0016	0001541-67.2012.5.04.0016
0001573-72.2012.5.04.0016	0001582-34.2012.5.04.0016	0001590-11.2012.5.04.0016
0001620-46.2012.5.04.0016	0001640-37.2012.5.04.0016	0001657-73.2012.5.04.0016
0000008-39.2013.5.04.0016	0000008-39.2013.5.04.0016	0000200-69.2013.5.04.0016
0000253-50.2013.5.04.0016	0000326-22.2013.5.04.0016	0000362-64.2013.5.04.0016
0000363-49.2013.5.04.0016	0000365-19.2013.5.04.0016	0000374-78.2013.5.04.0016
0000387-77.2013.5.04.0016	0000470-93.2013.5.04.0016	0000492-54.2013.5.04.0016
0000543-65.2013.5.04.0016	0000562-71.2013.5.04.0016	0000564-41.2013.5.04.0016
0000578-25.2013.5.04.0016	0000608-60.2013.5.04.0016	0000674-40.2013.5.04.0016
0000699-87.2012.5.04.0016	0000737-65.2013.5.04.0016	0000862-67.2012.5.04.0016
0000952-41.2013.5.04.0016	0001489-08.2011.5.04.0016	0001538-15.2012.5.04.0016
0001565-95.2012.5.04.0016	0001610-02.2012.5.04.0016	0000343-58.2013.5.04.0016
0000375-63.2013.5.04.0016	0000402-46.2013.5.04.0016	0000413-75.2013.5.04.0016
0000441-43.2013.5.04.0016	0000466-56.2013.5.04.0016	0000548-87.2013.5.04.0016
0000549-72.2013.5.04.0016	0000555-79.2013.5.04.0016	0000566-11.2013.5.04.0016
0000593-91.2013.5.04.0016	0000662-26.2013.5.04.0016	0000685-69.2013.5.04.0016
0000706-45.2013.5.04.0016	0000753-64.2013.5.04.0001	0000754-04.2013.5.04.0016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000809-52.2013.5.04.0016	0000825-06.2013.5.04.0016	0000947-19.2013.5.04.0016
0001075-39.2013.5.04.0016	0001513-02.2012.5.04.0016	0000131-37.2013.5.04.0016
0000162-57.2013.5.04.0016	0000242-21.2013.5.04.0016	0000414-60.2013.5.04.0016
0000527-14.2013.5.04.0016	0000640-65.2013.5.04.0016	0000842-42.2013.5.04.0016
0000916-96.2013.5.04.0016	0000958-48.2013.5.04.0016	0000994-90.2013.5.04.0016
0001004-37.2013.5.04.0016	0001039-94.2013.5.04.0016	0001408-25.2012.5.04.0016
0001411-77.2012.5.04.0016	0001455-96.2012.5.04.0016	0000189-40.2013.5.04.0016
0000223-15.2013.5.04.0016	0000740-20.2013.5.04.0016	0000770-55.2013.5.04.0016
0000774-92.2013.5.04.0016	0000782-69.2013.5.04.0016	0000886-61.2013.5.04.0016
0000896-08.2013.5.04.0016	0000899-60.2013.5.04.0016	0000900-45.2013.5.04.0016
0000925-58.2013.5.04.0016	0000949-86.2013.5.04.0016	0001013-96.2013.5.04.0016
0001056-33.2013.5.04.0016	0001069-32.2013.5.04.0016	0001070-17.2013.5.04.0016
0001079-76.2013.5.04.0016	0001084-98.2013.5.04.0016	0001093-60.2013.5.04.0016
0001113-51.2013.5.04.0016	0001137-79.2013.5.04.0016	0001144-71.2013.5.04.0016
0001160-25.2013.5.04.0016	0001179-31.2013.5.04.0016	0001187-08.2013.5.04.0016
0001213-06.2013.5.04.0016	0001317-95.2013.5.04.0016	0001090-08.2013.5.04.0016
Processos de Execução – Rito Ordinário		
0145700-11.2009.5.04.0016 (Mais antigo. Concluído em 11.11.2013: 8 meses e 7 dias)	0078000-52.2008.5.04.0016	0058400-45.2008.5.04.0016
0000426-79.2010.5.04.0016	0000646-43.2011.5.04.0016	0001485-68.2011.5.04.0016
0000663-79.2011.5.04.0016	0001288-50.2010.5.04.0016	0063400-26.2008.5.04.0016
0000641-21.2011.5.04.0016	0044500-05.2002.5.04.0016	0000616-08.2011.5.04.0016
0000731-29.2011.5.04.0016	0001523-80.2011.5.04.0016	0077600-04.2009.5.04.0016
0020253-71.2013.5.04.0016	0020259-78.2013.5.04.0016	0020330-46.2014.5.04.0016
0020221-66.2013.5.04.0016	0020136-80.2013.5.04.0016	0020058-52.2014.5.04.0016
0020014-37.2013.5.04.0026	0020082-17.2013.5.04.0016	0020402-33.2014.5.04.0016
0020384-12.2014.5.04.0016	0020096-98.2013.5.04.0016	0020450-89.2014.5.04.0016
0020415-32.2014.5.04.0016	0020180-02.2013.5.04.0016	0020182-69.2013.5.04.0016
0020110-82.2013.5.04.0016	0020194-83.2013.5.04.0016	0020257-11.2013.5.04.0016
0020004-23.2013.5.04.0016	0020232-65.2013.5.04.0016	
Total: 170 processos		

Juíza Lígia Maria Fialho Belmonte

Processos de Cognição – Rito Ordinário



0000837-20.2013.5.04.0016 (Mais antigo. Concluído em 13.03.2014: 4 meses e 5 dias)	0000865-85.2013.5.04.0016	0000592-09.2013.5.04.0016
0001189-75.2013.5.04.0016	0000176-75.2012.5.04.0016	0000574-85.2013.5.04.0016
Processos de Execução – Rito Ordinário		
0039500-14.2008.5.04.0016 (Mais antigo. Concluído em 10.03.2014: 4 meses e 8 dias)	0131700-40.2008.5.04.0016	-
Total: 08 processos		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR Pro no dia da correição)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

As rotinas de Secretaria estão bem distribuídas e a Unidade foi bem reorganizada pelo Diretor de Secretaria, que realizou uma análise circunstanciada dos procedimentos que eram adotados anteriormente a sua gestão e promoveu mudanças de acordo com o perfil dos servidores. Percebe-se grande preocupação em manter as tarefas em dia e em alcançar às partes uma prestação jurisdicional de qualidade. A execução fica a cargo de dois servidores, sendo que um é responsável pelos cumprimentos normais e outro efetua as tarefas mais complexas, inclusive envolvendo pesquisa investigativa. O Diretor de Secretaria informou que a partir de janeiro de 2014 implantaram na Unidade um projeto que visa reduzir o número de processos arquivados com dívida. São desarquivados periodicamente de 30 a 50 processos cujos débitos não foram pagos e a execução é retomada. Realizam consulta aos convênios, efetuam buscas variadas visando à localização dos executados e de formas de alcançar à parte a satisfação de seus créditos. Segundo o Diretor de Secretaria, em torno de 20% dos processos desarquivados são resolvidos, o que reduziu o número de processos arquivados com dívida pela Unidade (a quantidade se manteve igual há 4 anos). O Diretor fez questão de salientar que esta é uma iniciativa pioneira da 16ª Vara do Trabalho.

A Assistente do Diretor de Secretaria, servidora Valéria, é responsável pelo gerenciamento do PJE.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES

Não foram verificadas pendências.

7.2 EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS

Não foram verificadas pendências.

7.3 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS

Não foram verificadas pendências.



7.4 EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

Não foram verificadas pendências.

7.5 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Não foram verificadas pendências.

7.6 EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPV'S

Não foram verificadas pendências.

7.7 JUNTADA DE PETIÇÕES

Um funcionário é responsável pela confecção de todas as tarefas que envolvem o protocolo dos processos físicos, que vão desde a localização dos processos, juntada e numeração de folhas. A juntada de petições é feita diariamente e estava rigorosamente em dia.

7.8 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Os despachos dos processos físicos são confeccionados pelo Diretor de Secretaria. Havia pendências do próprio dia, apenas.

7.9 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Estava sendo certificado o decurso dos prazos vencidos em 10.07.2014.

7.10 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Não foram verificadas pendências.

7.11 CONVÊNIOS

A Vara utiliza os convênios regularmente.

7.12 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Não foram verificadas pendências.



7.13 EXAME DOS LIVROS

7.13.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0061600-26.2009.5.04.0016	05.06.2014	1 mês
2	0000742-58.2011.5.04.0016	05.06.2014	1 mês
3	0000899-94.2012.5.04.0016	06.06.2014	29 dias
4	0000100-85.2011.5.04.0016	09.06.2014	26 dias
5	0001327-47.2010.5.04.0016	09.06.2014	26 dias
6	0045600-53.2006.5.04.0016	09.06.2014	26 dias
7	0001237-68.2012.5.04.0016	12.06.2014	23 dias
8	0104700-65.2008.5.04.0016	20.06.2014	15 dias
9	0000053-43.2013.5.04.0016	23.06.2014	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.07.2014)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e vedação de nova carga aos procuradores, com expedição de ofício à OAB) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

7.13.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0058600-09.1995.5.04.0016	29.05.2014	-
2	0001007-89.2013.5.04.0016	16.06.2014	-
3	0000372-45.2012.5.04.0016	16.06.2014	-
4	0141900-09.2008.5.04.0016	19.06.2014	-

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.07.2014)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que nos 4 processos acima relacionados houve dilação de prazo, ainda não excedidos por mais de 10 dias.

7.13.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	016-00124/14	0136100-97.2008.5.04.0016	08.04.2014	2 meses e 27 dias
2	016-00217/14	0000638-32.2012.5.04.0016*	28.04.2014	2 meses e 7 dias



3	016-00206/14	0000732-77.2012.5.04.0016*	06.05.2014	1 mês e 29 dias
4	016-00234/14	0049800-98.2009.5.04.0016	13.05.2014	1 mês e 22 dias
5	016-00255/14	0000678-14.2012.5.04.0016*	03.06.2014	1 mês e 2 dias
6	016-00312/14	0001150-49.2011.5.04.0016	09.06.2014	26 dias
7	016-00290/14	0001212-21.2013.5.04.0016*	10.06.2014	25 dias
8	016-00320/14	0001185-43.2010.5.04.0016	10.06.2014	25 dias
9	016-00336/14	0000458-16.2012.5.04.0016	13.06.2014	22 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.07.2014)

* Processos nº 0000638-32.2012.5.04.0016, 0000732-77.2012.5.04.0016, 0000678-14.2012.5.04.0016 e 0001212-21.2013.5.04.0016: Foi proferido despacho para cumprimento do mandado.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 04.07.2014, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **somente 149 processos**. O item 9.1 compõe-se de 20 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correção à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 9.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0127000-31.2002.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Consta informação, na aba 'resumo' do Infor, que a CTPS do autor está depositada em Secretaria desde 14.03.2011; no entanto, conforme andamentos do Infor, o documento foi entregue ao reclamante em 18.03.2011. Movimentação processual: O prazo da notificação da fl. 469 decorreu em 05.02.2013, conforme AR juntado no verso da mesma folha, e a certificação só ocorreu 22 dias após (fl. 471); cumprimento do despacho da fl. 471 em 14 dias (consulta ao Bacen, fl. 473); cumprimento do despacho da fl. 475 em prazo superior a 30 dias (devolução da precatória para prosseguimento da execução – fl. 476);	
2	0120800-71.2003.5.0016
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: O prazo da notificação da fl. 1117 expirou em 17.03.2014, conforme registro de andamentos do Infor, e o impulso processual só ocorreu em 04.04.2014, 18 dias após.	
3	0068400-12.2005.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Ausência de assinatura do servidor quando da devolução dos autos à fl. 1054; ausência de identificação e assinatura do servidor responsável pela elaboração da certidão de cálculos da fl. 1056. Movimentação processual: Cumprimento do despacho da fl. 991, carmim, em 28 dias (certidão de cálculo e mandado das fls. 992/carmim e 993/carmim).	
4	0096600-58.2007.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: O despacho da fl. 468, exarado em 12.06.2014, não foi cumprido até a remessa dos autos à Corregedoria em 02.07.2014.	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5	0001048-61.2010.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Nada a apontar.	
6	0001308-41.2010.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Após a comprovação de recolhimento de custas e contribuições previdenciárias, conforme lançamentos do Infor, em 26.05.2014 não houve movimentação processual (os autos aguardam julgamento de agravo de instrumento interposto pela ex-procuradora do autor).	
7	0000106-92.2011.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Nada a apontar.	
8	0000455-95.2011.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos: Documentos juntados no verso das fls. 196, 197 e 198 não foram quantificados, nem numerados. Movimentação processual: Cumprimento do despacho da fl. 179 em 58 dias (consulta aos convênios – fls. 180-186); cumprimento do despacho da fl. 187 em 30 dias (retificação da autuação e consulta ao Bacen – fls. 188-191).	
9	0001173-92.2011.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Nada a apontar.	
10	0000448-69.2012.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Termo de juntada lavrado no verso da fl. 160, sem data; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 172. Movimentação processual: Nada a apontar.	
11	0000653-98.2012.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: 28 dias decorreram das consultas aos convênios, noticiadas no verso da fl. 173, até a confecção da certidão de cálculos da fl. 174.	
12	0000662-60.2012.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: 20 dias decorreram das diligências noticiadas no verso da fl. 221 até a confecção da certidão de cálculo da fl. 222; o prazo da notificação da fl. 303 expirou em 10.06.2014 e até o encaminhamento dos autos à Corregedoria não houve impulso processual.	
13	0001248-97.2012.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Nada a apontar.	
14	0001258-44.2012.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Nada a apontar.	
15	0001621-31.2012.5.04.0016
Aspectos gerais dos autos*: Não constou na certidão lavrada no verso da fl. 75 que o verso das fls. 72, 73 e 74 também encontram-se em branco e que o verso da fl. 55 não está em	



branco; não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 93. **Movimentação processual:** Nada a apontar.

16 0000150-43.2013.5.04.0016

Aspectos gerais dos autos*: O verso da fl. 15 não está em branco como noticiado na certidão lavrada no verso da fl. 36; certidão no verso da fl. 36 sem identificação do servidor; não foi lavrado termo para juntada das devoluções postais das fls. 41 e 298. **Movimentação processual:** Nada a apontar.

17 0000158-20.2013.5.04.0016

Aspectos gerais dos autos*: Ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 14. **Movimentação processual:** Nada a apontar.

18 0000422-37.2013.5.04.0016

Aspectos gerais dos autos*: Não foram lavrados termos para juntada das devoluções postais das fls. 17 e 27. **Movimentação processual:** O prazo da notificação da fl. 106 expirou em 27.05.2014, conforme andamentos do Infor, sendo que até a remessa dos autos à Corregedoria não houve impulso processual.

19 0000609-45.2013.5.04.0016

Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. **Movimentação processual:** Nada a apontar.

20 0000961-03.2013.5.04.0016

Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. **Movimentação processual:** Nada a apontar.

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2013.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No exame da listagem de processos sem movimentação, não foram encontradas práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR. Na listagem de apenas 149 processos sem movimentação, constatou-se que todos estão regulares, em razão de que aguardam cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou estão com prazo em andamento, razão pela qual é elogiável a rotina de trabalho da Unidade no tocante a este aspecto da inspeção correccional.

8.3 Exame dos Pressupostos Recursais

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento expresso nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.



9 PJe

Conforme já mencionado no item 7, o gerenciamento do PJE é de responsabilidade da Assistente de Diretor de Secretaria, a servidora Valéria. Os secretários de audiência efetuam todas as tarefas referentes às audiências, desde a triagem inicial, inclusão em pauta, notificações até o cumprimento das atas. A análise das petições recebidas no PJe é feita pela servidora Rossana.

Por delegação do Diretor de Secretaria, a servidora Rossana acompanhou a verificação das tarefas pendentes de execução no PJe na data da inspeção correcional. Verificou-se, em algumas pastas, a seguinte situação:

Processos com audiências não marcadas – 27 (mais antigo datava de 09.06.2014);

Aguardando cumprimento de providências (separados por períodos de prazo) – 112 processos (11 mais antigos entre 07.07 a 11.07);

Aguardando cumprimento de providências na execução – 4 processos (mais antigo 05.06.2014);

Controle manual de prazo pós-sentença – 11 processos (mais antigo 23.06.2014);

Prazos vencidos – 56 processos (mais antigo 25.06.2014);

Triagem inicial – 12 processos (mais antigo 11.07.2014)

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária não requereu a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correcional.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A avaliação dos dados disponíveis nos sistemas de consulta eletrônica do Tribunal revela o excelente funcionamento na unidade, constatando-se, de início, a diminuição do acervo de processos pendentes de finalização nas fases de conhecimento e liquidação. A fase de conhecimento ainda apresentou sensível diminuição nos processos pendentes de solução, mesmo com o aumento do número de casos novos – a tendência é contrária e supera positivamente a média apresentada por toda a 4ª Região. Como decorrência lógica, a taxa de congestionamento da fase de conhecimento diminuiu e é inferior à média da Região. No mesmo sentido, a fase de liquidação destaca-se pela elevação tanto no número de liquidações iniciadas como de liquidações encerradas, o que também resultou em uma taxa de congestionamento inferior à média da 4ª Região. A manutenção do número de execuções pendentes, por sua vez, tem claro e razoável fundamento no fato de ter a Unidade, a partir de



janeiro de 2014, implantado projeto com o propósito de reduzir o número de processos arquivados com dívida – assim, procede ao desarquivamento periódico de 30 a 50 processos arquivados com dívida para retomada da execução e, para tanto, são realizadas buscas de bens por meio de convênios. A medida, conforme informou o Diretor no momento do exame das rotinas adotadas pela Secretaria, é pioneira e louvável; a informação é de que em torno de 20% dos processos desarquivados são resolvidos. Os prazos médios de tramitação processual mostram quadro geral positivo, sobretudo aqueles da fase de liquidação – os prazos da fase de execução ressentem-se apenas naqueles casos em que o ente público é o demandado e, a propósito, foi esclarecido ao Diretor de Secretaria a possibilidade de proceder ao lançamento de extinção da execução a partir do momento em que é expedido o precatório. Destaca-se, ainda, a manutenção de prazos positivamente exíguos para as pautas, o que repercutiu na maior celeridade na fase de conhecimento e na já referida redução desse estoque – atualmente, cerca de 74% dos processos da fase de conhecimento tramitam por meio do sistema PJe.

Foi apurado, ainda, que a Unidade foi muito bem reorganizada pelo Diretor de Secretaria, com adequada distribuição de tarefas e bom aproveitamento das competências funcionais disponíveis de acordo com o perfil dos servidores.

O resultado da excelente gestão é visível não apenas nos dados estatísticos levantados, mas também na majoritária ausência de aspectos relevantes a apontar no exame dos processos físicos.

A Juíza Substituta Lígia Maria Fialho Belmonte destaca-se pela produtividade, não apresentado número expressivo de processos conclusos para sentença há mais de 50 dias no dia correição.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 7.13.3 (Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

13 – DETERMINAÇÕES.

ITEM 6.8 (PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS).

Determina-se que o Juiz Titular **Horismar Carvalho Dias** e a Juíza Substituta **Lígia Maria Fialho Belmonte** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.8 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:



- a) quando da juntada de documentos reduzidos, observe o art. 68 e §§ da PCR;
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- c) lavre termo para juntada de devoluções postais, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da PCR.

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Não compareceram interessados em se manifestar.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Horismar Carvalho Dias, pela Juíza Substituta Lígia Maria Fialho Belmonte, pelo Diretor de Secretaria Luiz Eduardo de Freitas e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck
Corregedora Regional